

CARLOS FREDERICO BASTOS PEREIRA

COLEÇÃO

O NOVO
PROCESSO
CIVIL

FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

O controle da interpretação dos
fatos e do direito no processo civil

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO
Coordenadores

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDREIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen Chemim

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pereira, Carlos Frederico Bastos

Fundamentação das decisões judiciais : o controle da interpretação dos fatos e do direito no processo civil / Carlos Frederico Bastos Pereira ; coordenadores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-712-0

1. Argumentação jurídica. 2. Hermenêutica (Direito). 3. Linguagem (Filosofia). 4. Juizes - Decisões - Brasil. 5. Processo civil - Brasil. I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Arenhart, Sérgio Cruz. III. Mitidiero, Daniel. IV. Título.

19-28453

CDU-347.951.012

Índices para catálogo sistemático:

1. Decisões judiciais : Interpretação : Direito processual civil 347.951.012
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I	
LINGUAGEM E CONTROLE INTERSUBJETIVO DA DECISÃO JUDICIAL	
1. DECISÃO JUDICIAL E LINGUAGEM: PREMISSAS PARA O ESTUDO DO TEMA.....	21
1.1. Relações entre direito e linguagem.....	21
1.2. Ser, consciência e linguagem: entendendo o giro linguístico.....	23
1.3. Semiótica jurídica e a linguagem como ciência.....	25
1.4. O exemplo da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein.....	27
1.5. A filosofia entre analíticos e continentais.....	30
1.6. O direito como uma prática argumentativa.....	33
2. DECISÃO JUDICIAL NA TEORIA DO DIREITO: ENTRE ANALÍTICA E HERMENÊUTICA.....	39
2.1. Que é uma abordagem analítica do direito.....	39
2.1.1. Robert Alexy e a teoria da argumentação jurídica.....	45
2.1.2. Neil MacCormick e o direito como uma ordem institucional.....	49
2.1.3. A justificação como critério analítico de legitimidade.....	52
2.2. Que é uma abordagem hermenêutica do Direito.....	54
2.2.1. Ronald Dworkin e a concepção do direito como integridade.....	60
2.2.2. Lenio Streck e a crítica hermenêutica do direito.....	64
2.2.3. A compreensão como critério hermenêutico de legitimidade.....	67
2.3. Construindo pontes entre as montanhas: por que não uma fundamentação hermenêutica e analítica?.....	70
3. DECISÃO JUDICIAL E CRITÉRIOS INTERSUBJETIVOS DE CONTROLE.....	75
3.1. Objeto e extensão da fundamentação: o contraditório como valor-fonte.....	75
3.2. A justificação interna e controle lógico-formal da decisão judicial.....	81
3.3. A justificação externa e o controle argumentativo da premissa normativa.....	84

- 3.4. A justificação externa e o controle argumentativo da premissa fáctico-probatória..... 90
- 3.5. A coerência em sentido estrito/consistência e a integridade/coerência em sentido amplo como filtro das premissas e como teste do resultado..... 97

PARTE II
ASPECTOS DOGMÁTICOS DO DEVER DE
FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

4. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA.....	109
4.1. Terminologia: fundamentação e não motivação das decisões judiciais	109
4.2. O dever de fundamentação como regra que veicula um “conceito” jurídico indeterminado	112
4.3. A insuficiência do formalismo interpretativo e do silogismo jurídico	117
4.4. Aplicação dos arts. 489, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 em todo o direito processual	122
4.5. Consequência da violação ao dever de fundamentação	124
5. HIPÓTESES DE DECISÃO JUDICIAL NÃO FUNDAMENTADA NO ART. 489, §§ 1º E 2º, DO CPC/2015	127
5.1. A fundamentação <i>abstrata</i>	127
5.2. A fundamentação de “conceitos” jurídicos indeterminados e cláusulas gerais... ..	129
5.3. A fundamentação genérica	131
5.4. A fundamentação e o exame de todos os argumentos deduzidos no processo... ..	133
5.5. A fundamentação para aplicar precedentes, súmulas e jurisprudência	137
5.6. A fundamentação para afastar precedentes, súmulas e jurisprudência	141
5.7. A fundamentação e a colisão entre normas (regras e princípios).....	143
6. OUTRAS HIPÓTESES DE DECISÃO JUDICIAL NÃO FUNDAMENTADA	147
6.1. A fundamentação e o exame de todas as provas produzidas no processo	147
6.2. A fundamentação da valoração das <i>provas</i>	150
6.3. A fundamentação das máximas de experiência	152
6.4. A fundamentação <i>per relationem</i>	156
6.5. A fundamentação e o controle difuso de constitucionalidade.....	158
6.6. A fundamentação omissa, obscura ou contraditória	161
CONCLUSÕES.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171